



PORTARIA COREN-PI N.º 90, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí – Coren-PI, no uso de suas competências legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno aprovado pela Decisão Cofen nº 001/2019 de 23 de janeiro de 2019, com alterações aprovadas pelas Decisões Coren-PI nº 066/2020 e 026/2021 e homologadas pelas Decisões Cofen nº 031/2021 e 029/2021, respectivamente, e;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Coren-PI nº 650/2021;

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.370/2016 que altera o § 3º do Art. 98 da Lei 8.112/90, assegura aos servidores públicos federais que tenham uma pessoa com deficiência na família, o direito ao horário especial de trabalho;

CONSIDERANDO o Parecer jurídico de nº 078/2021 e Memorando nº 30/2023-Coren/DGEP;

CONSIDERANDO a Decisão nº 13/2023 Coren-PI;

CONSIDERANDO a jornada de trabalho desta Autarquia ser de 40h semanais, sendo o horário de expediente do Coren-PI, de 7h às 17h, **RESOLVE**:

Art. 1º - Determinar o horário de trabalho da empregada pública efetiva **Gardênia Mendes de Sousa Silva**, lotada na Divisão de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí, a fim de acompanhar filho menor com Transtorno do Espectro Autista, no período de 6 (seis) meses a contar do dia 01 de fevereiro de 2023 e finalizar no dia 31 de agosto de 2023.

Art. 2º - O horário da funcionária passa a vigorar conforme abaixo discriminado:



- Das 7 às 13h corridas, de segunda à sexta-feira, com 15 minutos de intervalo diários, sendo compensado no final da jornada de trabalho.

Art. 3º - Fica determinado que a funcionária **Gardênia Mendes de Sousa**, deverá apresentar comprovação mensal da efetiva presença do requerente nas terapias multiprofissionais e consultas médicas, mediante apresentação de documentação idônea clínica e/ou profissional, que deve ser apresentado até o quinto dia útil do mês subsequente, sob pena de compensação da jornada ou desconto em folha de pagamento.

Art. 4º - Determinar que seja cumprido o horário de expediente e carga horária acima descrita, exercendo a assiduidade e pontualidade no serviço, conforme o que preconiza o Código de Ética dos Servidores Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

Teresina, 08 de fevereiro de 2023.

Dr. Antonio Francisco Luz Neto
Conselheiro Presidente
Coren-PI nº 313.978-ENF